

O MUNDO DO TRABALHO HOJE: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TOYOTISMO, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E NEOLIBERALISMO

*Valdemar Ferreira da Silva**

Resumo: O presente artigo é parte dos resultados da pesquisa científica sobre a formação dos trabalhadores no espaço de trabalho através da universidade corporativa. Com a divisão social do trabalho, profundas mutações nas relações humanas, sobretudo, no campo das relações de trabalho, se apresentaram. Trata-se, no entanto, de refletir e construir fundamentações apuradas para que possamos fazer uma leitura crítica, pois, dentre as consequências desta nova situação imposta ao trabalhador, uma das mais importantes foi a impossibilidade de o mesmo se manter no controle dos processos de trabalho, por não deter os meios de produção.

Palavras-chave: Trabalho. Reestruturação produtiva. Toyotismo. Acumulação flexível. Neoliberalismo.

Os programas de “educação em serviço e capacitação” investidos pelo capital exigem do trabalhador uma forma de submissão, pelo fato de o trabalhador ser forçado a procurar incessantemente a sua formação, seja no interior da empresa ou fora dela. Muito embora ele procure se aprimorar a cada dia, isto não o emancipa para a busca e apropriação de sua dimensão política e muito menos para a sua autorrealização.

Santos (2000, p.28) ressalta sobre isso que:

Tal situação decorre da divisão social do trabalho: àquele que detém o domínio dos meios de produção é permitido ainda o domínio intelectual do trabalho [compreendendo intelectual, neste caso, como atividade decisória, criativa e dirigente]; àquele que detém a força de trabalho como único patrimônio permite-se apenas o domínio operacional [a execução]. Trata-se, pois, de uma situação

* Pedagogo, Mestre em Ciências pela FIOCRUZ, Professor do Ensino Superior dos cursos de licenciaturas e Pedagogia das Faculdades Integradas Campo-Grandenses - FIC, Professor Regente das Redes Municipal e Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

desumanizadora; Essa forma de trabalho, que aliena o trabalhador de sua dimensão intelectual, transforma-o em um ser unilateral, incompleto.

Ironicamente, a maior preocupação de um profissional, hoje, está na sua “empregabilidade”, assim como a preocupação daqueles que não possuem um emprego formal está na conquista de um que lhe proporcione o mínimo de estabilidade e segurança financeira.

No sentido de entender desemprego como reflexo sóciopolítico do final do século XX até o presente século, percebemos as exigências ao trabalhador, ou melhor, “colaborador”, assim chamado no interior das empresas, o qual se submete à desestabilização e à instalação de um trabalho sob condições precárias, reforçado pelo discurso neoliberal, difundido amplamente como, por exemplo, na assertiva de que, se o profissional não aceitar tais condições de trabalho, pode pedir o seu desligamento, pois existem milhares de desempregados fora da empresa querendo o seu lugar.

Essa jogada do capital sobre a liberdade que cada um tem de garantir o seu emprego, se torna conforme Antunes (1999, p.130):

Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital. Se assim não o fizerem, se não demonstrarem essas “aptidões”, [vontade, disposição e desejo], trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem “perfil” e “atributos” para aceitar esses novos desafios.

Essas e outras maneiras de cooptar denotam a política neoliberal que instala, segundo Frigotto (2000), o contrato de direito civil individual e não mais na dimensão coletiva.

Ainda sobre a ideologia neoliberal contemporânea, é interessante ressaltar que há um movimento liberal econômico de enaltecimento do mercado e suas derivações, tais como a política de concorrência, da própria política de iniciativa empresarial que, de maneira estratégica, procura desarticular a atuação do Estado diante da economia e de todos os setores importantes por meio do seu discurso e táticas de atuação frente ao Estado, assim definindo Boito Jr. (1999, p.25)

[...] O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal. Superioridade econômica, em primeiro lugar, já que o livre jogo da oferta e da procura e o sistema de preços a ele ligado permitiriam uma alocação ótima dos recursos disponíveis, ao indicar as necessidades sociais e punir as empresas ineficazes.

Nesta perspectiva, cabe ao trabalhador, definitivamente, aceitar tais condições, que se cobram a cada dia, para garantir a sua empregabilidade? Esta nada mais é, que uma construção

ideológica violenta, fortalecida por um discurso ideológico que propaga a ideia de que a culpa pelo desemprego é do trabalhador. Daí surge, inclusive, a “pedagogia das competências”. Nesta redução e precarização das condições de trabalho é que se evidenciam, de acordo com Antunes (1999, p.131):

Múltiplas fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida, fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital.

O que se apresenta aqui, não é de maneira alguma, a negação do desenvolvimento humano, pois entendemos que o trabalho é inerente ao homem por evidenciar a sua essência, ou seja, a sua capacidade inteligível numa relação dialética entre o pensar-fazer- repensar-refazer.

A nova realidade de formação continuada adotada pelas empresas através das Universidades Corporativas, com os seus cursos pautados pelas competências, polivalência e flexibilidade, caminha num único sentido que é o de perpetuar a cultura organizacional da companhia; e, certamente, não será possível ao trabalhador considerar-se livre se todo o projeto formativo está voltado para garantir unicamente tal cultura.

Sob este aspecto, Antunes (1999, p.130) aponta:

Os benefícios aparentemente obtidos pelos trabalhadores no processo de trabalho são largamente compensados pelo capital, uma vez que a necessidade de pensar, agir e propor dos trabalhadores deve levar sempre em conta prioritariamente os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascaradas pela necessidade de atender aos desejos do mercado consumidor.

É neste movimento que aumenta o estranhamento do trabalho, o qual, ao ser controlado pelo sistema de metabolismo societal do capital¹, permite ocorrer a preservação da essência do capital, a reificação do trabalhador onde não faz relação sobre o quê, para quê e para quem produz.

Assim, somos integrados numa cultura global, sobretudo nos países latino americanos, tidos como periféricos. Ciavatta fala da integração a partir dos interesses externos que são, a cada dia, desenvolvidos num processo mais geral de reestruturação do capitalismo e da produção na busca de um tipo de padrão de desenvolvimento, mas diferente dos países de capitalismo avançado. (FRIGOTTO, 2002, p.119).

Curiosamente, não podemos, ao falar de neoliberalismo, generalizar, pois há distinções nos efeitos que Boito Jr. (1999), analisa como uma distinção básica entre os países e regiões, e

¹ Mészáros, I. Para Além do Capital, 2002.

ainda ressalta ser um erro pensar que o neoliberalismo apresenta danos iguais aos trabalhadores em todas as partes do mundo.

Em contrapartida, a necessidade de manter o emprego a qualquer custo traz, então, um cotidiano de trabalho muitas vezes repleto de resignação e impossibilidade de mudanças, fazendo com que o trabalhador se submeta a condições de trabalho muitas vezes incompatíveis com a sua saúde, sendo obrigado a conviver com fatores de risco que ameaçam a sua integridade física e a vida. A convivência dos trabalhadores com esses fatores acarreta, evidentemente, um cotidiano repleto de tensões e medos. Este contexto é mais ameaçador à medida que os trabalhadores têm um nível de conhecimento inferior e acabam se submetendo ao ritmo e exigência de produção não considerados de acordo com as possibilidades do profissional, e muito menos as condições de trabalho oferecidas são as ideais.

O processo de trabalho exige do trabalhador o uso de sua força, que não pode ser vista apenas como potencial, mas a razão humana, ou seja, a imaginação humana, capacidade particular do homem, e pela qual se distingue da capacidade instintiva e irracional dos animais.

O animal por mais inteligente que pareça não tem a articulação mental, sobre o que Antunes (2004, p.36) reflete:

[...] uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera.

Pensamos que, ao conhecer a dinâmica existente entre o homem, seu ambiente e o seu modo de trabalho, possivelmente se caminhará para a elaboração de um novo paradigma que estabeleça novas relações no ambiente de trabalho e possíveis transformações na cultura organizacional das empresas.

Percebemos que, não só compreender o surgimento deste modelo de formação, difundido estrategicamente pela ideologia neoliberal, atualmente considerada como um nicho ideal para a reprodução da força-de-trabalho, mas a consideração por parte da pesquisa científica, é que faz necessário avançar o olhar sobre este aspecto que caminha cego e mudo por anos, perpetuando uma condição de vida que reduz o trabalhador a um verdadeiro simulacro de ser humano.

Portanto, significa contribuir com a ampliação do conhecimento na área e desenvolvimento social, e também fornecer elementos construtivos e estratégicos para a promoção da saúde do profissional, do seu espaço de trabalho e principalmente para a construção de políticas públicas e privadas que de fato objetivem ampliar, promover e apostar

não só na segurança dos processos de trabalho, mas, sobretudo, na saúde física, mental e emocional dos trabalhadores.

Para Kosik (1976) o processo de rompimento poderá se dar dialeticamente, a premissa do senhor e do servo como pressuposto histórico é o que o autor chama de combate pela vida ou pela morte onde o vencido prefere a escravidão à morte, pois ambos, dominador e escravo, conhecem o futuro e sabem o que os espera.

Na verdade, o que os espera é sempre a condição - ou se submete à condição de escravo e não luta pela condição de senhor ou, pela dialética, uma vez que o homem garante o seu próprio movimento, transforma e ignora o futuro imediato, ou seja, o que está dado, mas não determinado e o vê como uma falsidade ou unilateralidade, reivindicando como verdade o futuro mediato.

Esta perspectiva permite a distinção entre o animal e o homem a partir do que pensa Antunes (2004, p.28), sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem, por conseguinte,

[...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho.

Diante disso é preciso pensar de onde o homem tira a consciência do próprio futuro imediato para que, então, possa aceitar a luta pelo reconhecimento.

Acreditamos, portanto, que isto ele deva retirar [do e] no processo da objetivação, isto é, no trabalho, pela práxis, que compreende dois tipos de movimento: um é o laborativo, com a atividade objetiva, que marca o sentido e transforma o humano e o material [materiais]; o segundo é o existencial, que lida diretamente com a subjetividade e que, por sua vez, trata do medo, da angústia, da dor e de outros sentimentos que se apresentam como parte da luta pelo reconhecimento da liberdade humana. É, pois, exatamente por este fator, a subjetividade, que o capital tem procurado expropriar o homem.

Certamente, esta consciência atenta permitirá ao trabalhador perceber os mecanismos de coerção instalados na moderna ética do trabalho que, em nome de uma política da solidariedade e da cooperação, dissemina a passividade, diante das incertezas e das perversidades, contida no silêncio da subjetividade, das relações de trabalho, e que, corporeificada pelo exemplo, se estabelece como um rito a ser seguido. Nesta perspectiva, lhe tomam também o conhecimento

tácito; afinal, no mundo pautado por uma ética do trabalho, é preciso partilhar; e assim aponta Sennett (2003, p.118):

A moderna ética do trabalho concentra-se no trabalho em equipe. Celebra a sensibilidade aos outros; exige “aptidões delicadas”, como ser bom ouvinte e cooperativo; acima de tudo, o trabalho em equipe enfatiza a adaptabilidade às circunstâncias. O trabalho de equipe é a ética de trabalho que serve a uma economia política flexível.

Nesta nova ordem para este “novo trabalhador” que, ao deter as competências estipuladas se torna um “polivalente”, sabe resolver os problemas, assumi-los, adaptar-se, flexibilizar-se de maneira a dar conta no processo de produção a todo tempo e hora, recebendo uma vez ou outra bônus atrativos, diríamos paliativos, como forma de cooptação do trabalhador que atinge as metas de produção cada vez maiores. Afinal, é desenvolvido nele todo um espectro de importância, de valor, de prestígio diante de sua equipe de trabalho.

Mas esta ilusão termina quando, por exemplo, um determinado colaborador deixa de cumprir uma única vez que seja, a sua meta, ou melhor, deixa de colaborar como antes; já será o suficiente para ser deixado de lado em seu barco que, à deriva, não lhe dá outra alternativa senão assumir o seu naufrágio, enquanto seus pares assistem a sua derrota.

Não se pode deixar de ressaltar a necessidade que o capital possui de, cada vez menos, se valer do trabalho vivo, mas muito bem pensado por Bianchetti (2001), ao refletir: “como conciliar o seu açodamento em se apropriar dos ovos de ouro, sem destruir a galinha?”

Para tanto, o capital faz o investimento na formação *on the job*², isto é, em ação, junto à produtividade, educação permanente que apenas valoriza a formação para o trabalho numa perspectiva de aumento da produtividade, manutenção da cultura da empresa, que em nada contribui para o homem omnilateral³ de que tanto falava Marx.

Para Marx, o romper com esta postura, exige que a classe trabalhadora se mobilize para uma revolução. Assim seria possível romper, ganhando forças, mas para isto não é necessário um golpe, uma tomada do poder, pois poderá evidenciar o que tentaram deixar claro na época da IIª Internacional⁴.

² É o considerado no chão da fábrica como o Treinamento “ombro-a-ombro”.

³ Omnilateralidade para Marx é considerada objetivamente como o fim da educação, onde o desenvolvimento do ser humano é total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.

⁴ II Associação Internacional de Trabalhadores, que se concretizou no Congresso de Bruxelas, em 1891. As questões das conquistas políticas e econômicas do proletariado e de como se posicionar frente ao imperialismo marcaram o funcionamento dessa Internacional.

Este encontro se dá por conta de se terem deteriorado as condições de trabalho e de vida dos operários, mal pagos e mal alimentados. As primeiras reações do operário foram contra as tais condições, responsabilizadas pela sua miséria. Neste período, o quadro que se apresentava era de pobreza e de uma grande revolta que acabou desenvolvendo o pensamento socialista, o qual propunha o fim da desigualdade social a partir de uma reorganização da sociedade.

Os primeiros pensadores socialistas acreditavam que a burguesia deveria ser convencida da irracionalidade da exploração do homem, apelando para a razão. Essa postura socialista foi condenada por Marx e por Engels que demonstraram, através do materialismo dialético e histórico, que a exploração era a essência do sistema capitalista e que somente a organização dos operários em sindicatos e partidos seria capaz de derrotar o capitalismo.

Nesta visão, a revolução é sim uma necessidade, mas é preciso interpretá-la num sentido ainda maior e analisá-la da seguinte forma: para que se entenda de fato que, primeiramente deve-se perceber a revolução como um objetivo estratégico, isto significa ser o fim, a luta é o meio e eu digo que a consciência de classe é o início de uma postura menos ingênua das relações sociais, para uma leitura das grandes violências simbólicas utilizadas, hoje, como mecanismos de coerção e mansidão das atitudes da classe trabalhadora.

Entende-se, assim, materialismo histórico como a aplicação do materialismo dialético ao estudo da vida da sociedade, isto é, o materialismo dialético e histórico, fundamento teórico do comunismo, formam um único método de investigação científica e transformação revolucionária do mundo no interesse das massas trabalhadoras.

Tendenciosamente, o trabalhador tem se exilado de sua força intelectual, tem deixado que poucos lutem pelo o que é seu de direito. Assim, antes de qualquer revolução ocorrer, a primeira deverá ser a da consciência de classe para que haja uma retomada das forças sindicais.

É evidente então perceber a necessidade de uma revolução, visto que não se pode esperar que o capitalismo a faça por nós trabalhadores, porque suas tentativas serão sempre superficiais e, sinceramente, seria uma contradição pensar que o capital faria de fato tal revolução se é através da concorrência, do monopólio empresarial, da concentração do capital, da exploração das forças de trabalho, da expropriação do poder intelectual e de tantos outros que o capital se faz e refaz.

Essa revolução precisa ocorrer urgentemente, embora muitas lutas já tenham ocorrido e não tenham sido suficientes, pois a força do capital se refaz e retoma em dobro o que cedeu tempos atrás.

É uma ilusão pensar que, através de reformas, ganhamos; apenas deixamos de sofrer a perda naquele determinado momento para perdermos muito mais à frente. Com isso, a classe

trabalhadora e o sindicato vão dando espaço à conformação. Mas, a história ainda não acabou, até agora ainda a estamos fazendo, somos participantes dela e precisamos de fato atuar ativamente para não terminarmos como meros figurantes.

Em síntese, podemos chegar à posição de Marx que, sob análise de Manacorda (1991, p.74), extrai:

Uma exigência de reintegração de um princípio unitário do comportamento do homem. Exigência a que não basta responder com a hipótese de uma teoria pedagógica e um sistema de educação que reintegrem de imediato essas várias esferas divididas entre si; mas que, de qualquer maneira, pressupõem uma práxis educativa que se ligando ao desenvolvimento real da sociedade, realize a não-separação dos homens em esferas alheias, estranhas umas às outras e contrastantes, ou seja, uma práxis educativa que se funde sobre um modo de ser que seja o mais possível associativo e coletivo no seu interior e, ao mesmo tempo, unindo à sociedade real que o circunda.

Requer-se, portanto, em vista disso, uma postura crítica ao pensar em caminhos possíveis, brechas deixadas pelo próprio sistema neoliberal que enforca e fragmenta os movimentos sociais e desfaz, através do espírito de competição, o ideal de homem e de mulher unidos pela libertação e desalienação. Este confronto não se deve dar isoladamente, mas na coletividade, na luta e na busca de se fazer dirigente, antes mesmo de ser governante.

Não precisamos estar no governo para governar; primeiramente, é preciso romper com o que está dado, transgredir uma ordem imposta por uma cultura servil que só alimenta a pobreza, a humilhação, a fome, o desemprego e que sustenta o “status quo”.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. A. (Org.). **Dialética do Trabalho. [Org]. Escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular; 2004.

BIANCHETTI, L. **Da chave de fenda ao laptop. Tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação.** Petrópolis RJ; Florianópolis SC: Vozes; Ed. da UFSC, 2001.

BOITO JR. A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real.** 4. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

_____. **Seminário Estadual de Educação Popular.** SEE-Rio Grande do Sul: 2002.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna.** São Paulo: Cortez, 1991.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho ao novo capitalismo**. 7.^a ed. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2^a Ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.